

## CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra**: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012. 238p.

José Marciano Monteiro<sup>1</sup>  
Wagner Berto dos Santos Diniz<sup>2</sup>

- Enviado em 30/09/2017
- Aprovado em 08/12/2017

Alceu Luís Castilho é formado em jornalismo pela Universidade de São Paulo. Entre os anos 1994 e 2001, trabalhou no jornal “O Estado de São Paulo”. Fundador e diretor-executivo da Agência Repórter Social (2003-2010). Em sua carreira jornalística já conquistou vários prêmios, dentre eles: Fiat Allis de Jornalismo Econômico (1999), Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos (2004), Direitos Humanos de Jornalismo (2004), Andifes (2007). Recebeu, em 2007, pela Agência de Notícias de Direitos da Infância (Andi), o título de jornalista Amigo da Criança. Nesse mesmo ano, foi finalista do prêmio Esso, principal prêmio de jornalismo do Brasil. Prêmio este patrocinado pela rede de postos Esso. Esta que é uma das marcas do grupo Cosan. A Cosan foi uma das “doadoras” em 2010, financiou a campanha de 22 candidatos à Câmara, 15 candidatos a deputados estaduais, dois governadores e dois senadores, no sistema brasileiro de financiamento eleitoral. Atualmente, além da carreira de jornalista, cursa graduação em Geografia pela USP.

O talmúdico comprometimento com o jornalismo fez Castilho ter a ideia de fazer uma grande reportagem, chamada *Câmara Bilionária*. Essa reportagem trataria dos bens dos políticos, particularmente os bens dos deputados eleitos em 2006. Por perceber que os bens rurais se destacavam no patrimônio

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais e Professor Adjunto I da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Coordenador da Pós-graduação no Curso de Ciências Sociais (UFCG/CDSA). Coordenador e pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Elites, Famílias e Desigualdades (NEFADE/CNPq). Pesquisador do Grupo Antropologia da Política, Cultura Midiática e Práticas Políticas. Pesquisador do Núcleo de Estudos Paranaense (NEP/CNPq). Atua e tem estudado problemáticas relacionadas as Elites e Familismo; Genealogia e Poder; Poder Local e Processos de Dominação; Democracia e Desigualdades. E autor do Livro: A Política como Negócio de Família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar, publicado pela Editora LiberArs, São Paulo, 2016. Além de contribuir com vários artigos para livros publicados no país. E-mail: [jm.monteiro17@gmail.com](mailto:jm.monteiro17@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Membro do Núcleo de Estudos sobre Elites Famílias e Desigualdades (NEFADE). E-mail: [wagnerberto.diniz@gmail.com](mailto:wagnerberto.diniz@gmail.com)

analisado, se sentiu provocado a escrever um livro que narrasse a embaraçosa e avantajada posse de terra dos políticos brasileiros, o que possibilitou a pesquisa que resultou no Livro “Partido da Terra”, publicado em 2012, pela editora Contexto.

O livro tem como objetivo margear a dimensão de posse da terra por políticos eleitos nos anos de 2008 e 2010 (ou 2006, no caso de 27 senadores e 54 suplentes). Para isso, tomou como base as declarações de bens entregues, pelos candidatos, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com a pesquisa, Castilho comprova que existem posses não declaradas ao TSE. Muitas adulterações e, até mesmo, valores de pouca credibilidade. No livro “Partido da Terra” estão reunidas e comparadas quase 13 mil declarações. Além de outras, igualmente interessantes, de políticos eleitos em outros pleitos. Foram mais de três anos de pesquisa jornalística para a realização do trabalho. Os partidos PMDB, PSDB e PR lideram o ranking daqueles cujos políticos possuem as maiores extensões de terras. Surpresas também são postas ao leitor, o surgimento recente de uma “esquerda latifundiária”, em partidos como o PPS, PSB e PT, tais partidos que historicamente tinham agendas vinculadas a reforma agrária e que levantavam teses sobre o problema da concentração de terra no país, a partir deste livro, também possuem acúmulo de grandes extensões de terras.

O “Partido da Terra” traz informações ao leitor de como a terra ainda é concentrada no país em poucas e privilegiadas famílias do poder. Apresenta, portanto, uma estrutura sociológica do poder que se concentra com latifundiários em nosso país. Faz perceber os impactos da concentração de terra na mão daqueles que se dizem representar os interesses comum da população. Questões como desigualdade, violência, coronelismo, voto de cabresto, corrupção, agressão ao meio ambiente, dentre outras, podem ser vistas na leitura deste livro. A terra é o centro da análise. Mas não só ela. A terra que sobre ela se constitui um Partido. Partido que Castilho denominou da Terra, mas que poderia ser também do latifúndio ou mesmo partido daqueles que, utilizando uma frase do presidente Washington Luís, veem que a “*Questão social é caso de polícia*” e não de política.

O livro, nesse sentido, está estruturado em cinco partes e vinte capítulos, além de uma breve apresentação e uma sucinta conclusão. Na primeira parte, “O Território”, que subdivide-se em: Donos do Brasil, Políticos Latifundiários, Marcha a Oeste, Pará: onde vale tudo e Um Brasil muito particular. No primeiro capítulo, *Donos do Brasil*, compara a posse de terras rurais por políticos à área do estado de Sergipe, o que, em si, já demonstra a forte concentração de terras em poucas famílias. É interessante notar que os políticos registram terras como pessoas físicas, mas também suas empresas, pessoas jurídicas, são detentoras de áreas vastas. Como exemplo, o autor utiliza o caso do, então deputado federal, à época, e atual senador João Lira PTB-AL. Apenas suas usinas ocupam pelo menos 53.108 hectares, ao tempo que

arrendam mais 65. 770 hectares. Tudo sob domínio direto ou indireto desta poderosa família de usineiros de Alagoas.

Resgatando elementos da história dos governantes brasileiros, o autor expõe uma relação íntima desses personagens com o meio rural. Mesmo os presidentes que não tem imóveis rurais, tiveram ou tem contato e/ou articulação política muito próxima com a estirpe latifundiária, demonstrando, assim, que mesmo com o processo de industrialização, a terra ainda é central para a compreensão das desigualdades no país.

No segundo capítulo, *Políticos latifundiários*, traz logo no início uma problematização: dos 13 mil políticos eleitos para os cargos em 2011, 346 deles possuem hectares que somadas equivalem à metade da Bélgica. O escalonamento, continua Castilho, vai formando subgrupos que possuem, em média, o mesmo número de hectares de terra com áreas equivalentes aos territórios de outros países. O que permite, ao leitor, imaginar a dimensão do espaço mensurado. É muita terra concentrada nas mãos de poucos!

Já no terceiro capítulo, abre-se outro viés de discussão: a posse de terra dos políticos fora de seus domicílios eleitorais. As 13 mil declarações analisadas revelam, ao autor, que há uma considerável ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste por políticos espalhados por todo o Brasil. A realidade do Pará é tão intrigante que Castilho destinou todo o capítulo quatro do livro para falar sobre o estado. O título do capítulo já indica o imbróglio que envolve o domínio da terra por parte das mulheres e homens públicos nessa unidade da federação: *Pará: onde vale tudo*. O estopim dos conflitos nesta região, narrados no capítulo, segundo o autor, está no que se refere à pecuária. O município de São Felix do Xingu (PA) é sem dúvida o mais evidenciado no livro. O capítulo também trás o caso da Superintendência de Desenvolvimento do Amazonas - SUDAM, esta que já foi presidida por um dos maiores, senão o maior, latifundiário daquele estado, o senador Jader Fontenelle Barbalho (PMDB). Este que, segundo Castilho, suas terras somam aproximadamente 13 mil hectares, mas que podem ser muito mais. Essas terras, segundo Castilho, muito dificilmente podem ser explicadas sem envolvimento com práticas tais como grilagem.

No quinto capítulo, o autor trás dados interessantes sobre a posse de terra de figurões da política brasileira. Outrora vice presidente, atualmente, presidente da república, Michel Temer ganha destaque no capítulo. O presidente Temer foi acusado de tentar se apossar de 2,5 mil hectares da maior Reserva Particular do Patrimônio Natural do Cerrado, em Campo Alegre. O caso aconteceu em Alto Paraíso de Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros. Outro poderoso latifundiário mencionado é o ex-presidente da república e ex-senador José Sarney. Tratado por José de Souza Martins, e destacado por Castilho, nesse contexto de ilegalidades, como um dos políticos brasileiros mais poderosos dos últimos cinquenta anos, é

um “típico representante do clientelismo, ele mesmo envolvido em sério conflito com posseiros, no vale do Pindaré, em terras que lhes chegaram às mãos por meio de documentos de propriedade de validade discutível”. (Martins *Apud Castilho, 2012, p. 61*). O capítulo também aborda a fronteira entre o público e o privado, estreita em nosso país, principalmente quando se trata da questão das grandes terras devolutas. A grilagem torna-se, quase sempre, uma prática que legitima a posse das grandes extensões de terras.

O sexto capítulo, já referente à segunda parte do livro, que trata sobre *O dinheiro*, detalha que, assim como na quantidade de hectares de terras, os valores em reais também são defasados, demonstrando, assim, a fragilidade do Estado brasileiro no que tange aos mecanismos de controle acerca das declarações informadas a receita. Aborda-se, portanto, neste capítulo, os valores das terras. Algumas têm valores extremamente, ou absurdamente, baixos, e outras exorbitantemente altos, o que torna difícil saber o valor real ou venal das terras declaradas. Muitos dos valores não são atualizados o que dificulta ao pesquisador precisar os valores. Os exemplos de prosperidade são referenciados no sétimo capítulo. Após narrar o caso de alguns deputados e senadores, Castilho explica que a constante multiplicação do patrimônio dos “senhores do poder” está relacionada com a posse de terra. Algo que não parece ter freios. A acumulação de riqueza e poder se torna uma constante. Isto, claro, associado ao “talento” para ganhar dinheiro com a criação de gado. Algo que Castilho denomina de “peculiar” entre os “senhores do poder”.

É nesse contexto de avanço e multiplicação de bens rurais que entra em cena o agronegócio, tema do capítulo oito. Neste capítulo apresentam-se uma variedade de empresas que são controladas por político e por seus familiares. São, conforme afirma Castilho (2012, p. 87), “homens públicos de todas as regiões do país com sucesso empresarial, em áreas diversas: pecuária (o paranaense Abelardo Lupion, o piauiense João Claudino), usinas (o paulista João Batista de Andrade, os alagoanos João Lyra e Teotônio Vilela Filho) e até destilaria (o paulista Arnaldo Enomoto). Além desses, neste capítulo, ainda é destacado o Blairo Maggi, como o “rei da soja”. Este parlamentar é responsável por 5% da produção brasileira, perdendo apenas para o primo Eraí Maggi Scheffer. A relação e cuidado com o meio ambiente desenvolvido por Blairo Maggi é tanta que ganhou o prêmio Motossera de Ouro, em 2006, oferecido aos brasileiros que mais contribuem para a destruição da floresta amazônica, salienta Castilho.

Os reis do gado. Esse é o título do capítulo nove. Nada mais representativo, já que 500 mil cabeças de gado é o rebanho declarado por políticos eleitos em 2008. Mas é bom salientar que este número declarado distancia-se da quantidade real. Não reflete a realidade. O gado, segundo Castilho, é um dos itens mais distorcidos nas declarações entregues à Justiça Eleitoral. Esta parece ser uma das atividades essenciais para a prática de lavagem de dinheiro, prática que tem caracterizado os hábitos da nossa elite política, conforme tem sido noticiado, principalmente após operações da polícia federal realizada nos

últimos anos. Ainda no capítulo nove, é narrado alguns fatos inusitados como a transação do ex-senador Joaquim Roriz (PMDB) com um ex-presidente do Banco Regional de Brasília, mais uma demonstração de que aqueles que constituem a classe política no Brasil pouco se preocupam com os limites entre o público e o privado..

Na terceira parte do livro, Castilho apresenta-nos: *A política*. Esta parte é composta por cinco capítulos. O primeiro capítulo dessa parte – e décimo do livro – trata dos partidos que concentram os políticos com maior extensão de terras. A proeminência aqui é do atual partido que comanda a frágil “república brasileira” PMDB e do PSDB. Estes lideram a lista daqueles que detém a maior extensão de terras. Muitos dos seus quadros são os herdeiros das tradicionais e históricas oligarquias. As duas siglas são majoritariamente compostas por herdeiros dos quadros do MDB e alguns da ARENA. O Movimento Democrático Brasileiro compôs junto com a ARENA, o quadro do sistema bipartidário criado no contexto do golpe militar de 1964. O capítulo, ainda, expõe a contradição entre a prática dos proprietários e o discurso dos políticos.

No capítulo onze, por sua vez, desdobra-se a análise sobre a ação da bancada ruralista. Castilho aborda a lógica de funcionamento da bancada ruralista no Congresso. Traz um esboço das atividades dos deputados em Brasília de terça à quinta feira e a estratégia, pela bancada montada, para a ocupação da Comissão de Agricultura, com vistas a cargos de interesse dos grandes proprietários de terra. E na hora da votação, - tema do capítulo 12 – como em tantos outros momentos de articulação, o autor lembra que as táticas dos ruralistas nem sempre são agressivas, muitas vezes são sutis. É nessa sutileza e lhanza que o poder político dos ruralistas é transmitido pelos vínculos familiares. A herança do capital eleitoral torna-se comum entre os políticos brasileiros.

*Famílias e clãs* é o título do décimo terceiro capítulo. Aqui se apresenta a lógica do poder e da dominação da classe dominante no país. A lógica familiar do poder. Castilho demonstra como o poder político é transmitido pelas famílias no Brasil. A lógica de clãs é destacada como uma lógica de reprodução no controle dos orçamentos públicos locais. Ao tempo que o poder da bancada ruralista no Congresso passa pela teia de poderes regionais e familiares constituído em todo o território brasileiro. Neste capítulo, Castilho destaca a Família Andrada, mas não só esta, como uma das famílias mais antigas do parlamento, através do deputado Bonifácio Andrada, que é o herdeiro do José Bonifácio, político do período imperial. Destaca ainda a lógica de redes pelas quais atuam as famílias do poder e como o poder político e econômico vai sendo transmitido de pai para filho.

Após este capítulo sobre “*Família e Clãs*”, Castilho elabora o capítulo “*Eleições: mais que “currais”*”. Seguindo a lógica do controle das privilegiadas oligarquias sobre a terra e sobre os orçamentos públicos,

destaca a forma pela qual a política vai se constituindo por termos oriundos do espaço rural. Assim, como o gado, Castilho destaca que o eleitor permanece confinado, preso, controlado. Este exercício de dominação na sociedade brasileira se dá, segundo o autor, por meio de diversas outras ações e práticas desenvolvidas. Dentre estas, destacam-se a forma como o sistema brasileiro de financiamento eleitoral estava montando, ou seja, um sistema que privilegia aqueles que detem ou recebem o maior volume de dinheiro das empresas para suas eleições. Muitas das empresas ditas “doadoras” são aquelas que se beneficiam do Estado em licitações e empréstimos junto às instituições financeiras (bancos estatais). Os exemplos destas práticas estão nas generosas doações para campanhas de senadores, deputados e governadores. Destaca o autor que o grupo da Friboi sozinho investiu 30 milhões de reais em campanhas políticas em 2010. Os termos oriundos dos espaços rurais aplicados às lógicas e manobras políticas tais como “currais eleitorais” e “voto de cabresto”, são demonstrativos do que o capítulo quer problematizar.

A quarta parte do livro trata do Ambiente. É a menor parte, mas nem por isso vem a ser menos relevante. No décimo quinto capítulo, *Madeira abaixo*, o autor abre essa parte afirmando que muitos políticos brasileiros também são madeireiros. A base de dados do TSE informa que pelo menos 69 serrarias, estão entre os bens dos eleitos em 2008 e 2010. A ilegalidade parece ser, conforme destacado por Castilho, a face mais grave desta prática. Castilho, ainda apresenta a título de comprovação a lista de políticos que, por suas empresas, estão de alguma forma no ramo de madeireiros e vinculados às serrarias. O capítulo dezesseis complementa-se com o anterior. Trata das madeiras dos políticos localizadas na Amazônia. É grande a devastação que essas empresas proporcionam nessa região. O estrago é tamanho que existe uma lista dos municípios que mais desmatam no país. Parte significativa deste desmatamento fica impune.

O chamado arco do desmatamento é matéria do décimo sétimo capítulo e coincide com a área de maior concentração de trabalho escravo, da matança de camponeses, e também por uma questão lógica é o arco da MAIOR posse de latifúndios por políticos de todo país. A quinta e última parte do livro, trata dos *excluídos*. Essa é a referencia que o autor faz principalmente aos povos campesinos, explorados pelo latifúndio. Este que mata e que, em pleno século XXI, escraviza. O capítulo que abre essa última parte, *Escravidados*, aborda as denúncias de envolvimento de políticos com trabalho escravo e, também, de como eles fazem para se “livrar da justiça”. Aborda como se dá essa escravidão contemporânea. A escravidão por dívida como sendo a mais frequente. É o maior capítulo do livro. Segundo Castilho a extensão do capítulo não foi escolha dele, mas do resultado da responsabilidade com aqueles que tombaram na luta pela terra no Brasil, a quem inclusive, o livro é dedicado. Seguindo a perspectiva de uma exposição que visa denunciar a concentração da terra e a distribuição de desigualdade, exclusão e violência.

No penúltimo capítulo o autor narra casos emblemáticos de dirigentes políticos camponeses (Sindicalistas e Líderes sem terra) que foram assassinados, tendo os principais envolvidos neste tipo de crime aqueles que deveriam cuidar do interesse público – homens públicos – que, em parceria com o crime organizado, passa a se constituir como parte desta organização. O autor, portanto, chama a atenção, com sua escrita, quanto à violência, aqueles que ousam enfrentar os ditos latifundiários. A terra deixa de ser algo essencial para vida, quando concentrada torna-se essencial para a morte daqueles que lutam pela reforma fundiária no país.

No vigésimo e último capítulo Castilho, narra acontecimentos das histórias de ameaças ao povo camponês. Jagunços que dispersam multidões de sem terras à mando de fazendeiros. Os verdadeiros “capitães do mato”. Policiais – que representando o Estado – atuam na constituição de milícia ou bando armado às ordens do interesse privado do coronel. Indígenas e quilombolas, ameaçados, desaparecidos, mortos. Enfim, práticas absurdas quase que inenarráveis, para uma sociedade que se pretende ser democrática e que se diz ter um dos textos constitucionais mais avançados do mundo. Ao que parece o avanço ficou apenas no texto constitucional, porque na prática – no mundo real – quem continua a ditar as regras são os donos do poder.

Assim, Alceu Castilho apresenta as 238 páginas. Uma síntese da concentração de terras e dos conflitos pela posse no Brasil. Terra em que lavouras são plantadas e adubadas com violência e regadas com o sangue de povos indígenas, quilombolas e camponeses. Uma concentração de poder e riqueza em que dezenas de milhares de cabeças de gado pastam e dividem sua casa – o Curral – com crianças, mulheres grávidas, e trabalhadores tratados em condições análogas a escravidão. Pessoas que, a princípio, deveriam estar libertas desde 1888, mas que se encontram pressas ainda ao regime escravocrata. Esta compreensão, todavia, não seria possível sem o diálogo com aqueles que contribuíram para pensar o Brasil e seus principais problemas. Daí o diálogo que Castilho estabelece com Holanda, Nunes Leal, Souza Martins, dentre outros. Com isto permite, ao leitor, que o *Partido da Terra*, embora escrito por um jornalista, seja uma leitura indispensável para (Sociólogos, Geógrafos, Economistas, Juristas, Cientistas Políticos e Historiadores) aqueles que se interessam sobre a temática da concentração de poder e da riqueza em nosso país. Em “*Partido da Terra*” tem-se a demonstração de que não é possível democratizar o país sem que se democratize o acesso à terra.